

“Questão de índios” e “questão de fronteiras”: conexões transnacionais entre os Estados Unidos e a Argentina pelas cartas de Miguel Malarin.

Ana Carrollina Gutierrez Pompeu¹

Resumo: Entre os anos de 1877 e 1879, o militar argentino Miguel Malarin esteve nos Estados Unidos para observar e estudar temas como organização militar, conflitos contra sociedades indígenas e expansão das fronteiras internas. Essa viagem, feita a mando de Julio Argentino Roca, importante militar do cenário argentino, rendeu um conjunto de cartas escritas por Malarin a Roca, que consistem na principal fonte primária deste artigo. As cartas demonstram que os personagens do período refletiram sobre situações como a expansão das fronteiras étnicas de maneira transnacional. Tal percepção motivou a viagem de Miguel Malarin aos Estados Unidos, país que parecia vivenciar situação análoga à encontrada na Argentina, a respeito das tentativas do Estado em promover a submissão dos povos originários e a incorporação de seus territórios. A “questão de índios” e a “questão de fronteira” são os pontos principais do original argumento de Malarin, que foram encaminhadas a Roca no conjunto epistolar analisado.

Palavras-chave: Campanha do Deserto; Fronteiras; Sociedades indígenas.

“The Indian issue” and “the frontier issue”: transnational entanglements between United States and Argentina in Miguel Malarin’s letters

Abstract: Between 1877 and 1879, the Argentine military officer Miguel Malarin was in the United States to observe and study topics such as military organization, conflicts against indigenous societies, and the expansion of internal frontiers. This travel, made at the behest of Julio Argentino Roca, an important military on the Argentine scene, generated a set of letters written by Malarin to him, which are the main primary source of this article. The letters show that the characters of the period reflected on situations likewise the expansion of ethnic frontiers in a transnational way. This perception motivated Miguel Malarin's travel to the United States: a country that seemed to experience a situation similar to that found in Argentina, regarding the State's attempts to promote the submission of native peoples and the incorporation of their territories. The

¹ Pós-doutoranda em História (USP); Doutora em História (UNB). Pesquisa em andamento: “Extermínio versus civilização: índios e fronteiras nas cartas de Miguel Malarin para Julio Argentino Roca (Argentina, 1876 -1879)”. ORCID: 0000-0002-9955-3515. E-mail: anagpompeu@gmail.com

“Indian question” and the “border question” are the main points of Malarin's original argument, which were forwarded to Roca in the analyzed epistolary set.

Keywords: Desert Campaign; Frontier; Indigenous people.

Artigo recebido em: 25/02/2022

Artigo aprovado para a publicação em: 03/05/2022

Introdução

As conquistas de desertos, sertões e dos espaços vazios— mesmo que povoados por diversas sociedades indígenas – pela chamada “civilização” eram ações recorrentes na segunda metade do século XIX. A Argentina realizou uma empreitada militar entre os anos de 1876 e 1885 em direção ao Pampa e à Patagônia, visando integrar as áreas indígenas, que constituíam mais da metade de seu território atual. Nos Estados Unidos, um processo semelhante ocorreu desde as décadas de 1840 até as leis Dawes, em 1887, em que ações militares de enfrentamento foram combinadas a outras estratégias de submissão das populações indígenas, buscando a consolidação territorial do Estado nacional. Nesta pesquisa, utiliza-se a abordagem transnacional para conectar essas duas situações – argentina e estadunidense – de conflito étnico e avanço de fronteira, por meio do conjunto epistolar de Miguel Malarin, um militar argentino em viagem aos Estados Unidos (DIAZ, 2016, p. 212). Trata-se da correspondência ativa de Malarin, isto é, das cartas endereçadas a Julio Argentino Roca e encontradas no fundo documental deste político, no Arquivo General da Nação, na Argentina.²

Poucos trabalhos sobre a “Campanha do Deserto” se ocuparam das cartas de Malarin, enviadas a Julio Argentino Roca em sua estadia nos Estados Unidos e em Paris. No livro “*Estado y cuestión indígena*”, do historiador argentino Miguel Enrique Masses (2001), a correspondência de Malarin aparece para demonstrar o interesse de Roca nas chamadas “questões de índios” e “questões de fronteira”³, antes de ele ocupar o cargo de

² Não possuímos a documentação passiva, contando apenas com as cartas que chegaram até Roca, entre 1878 e 1879, totalizando 48 páginas de documentos.

³ Esses termos aparecem nas fontes e têm significados específicos. A “questão de fronteiras” consistia na ocupação do terreno e na expulsão dos indígenas a fim de efetuar a territorialização do Pampa e da Patagônia, inserindo-os definitivamente na jurisdição Argentina. Já a “questão de índios” significava a

ministro da Guerra e de estar à frente da Campanha do Deserto. Masses argumentou que algumas das opções escolhidas pelo governo argentino na fase final da ocupação militar do Pampa podem ter origem nos debates de Roca com outros personagens, como o próprio Miguel Malarin (p. 63). Ao abordarmos esse personagem, pretendemos mostrar que os argumentos e os pontos de vista apresentados por ele carregam uma percepção crítica e significativamente destoante de uma visão mais consensual entre os políticos argentinos do período sobre o tema da fronteira.

No ano de 1877, o então tenente do exército argentino, Miguel Malarin, chegou a Washington como um enviado de Roca, vinculando-se à legação argentina em novembro desse ano. Documentos da legação Argentina nos Estados Unidos indicam que Malarin fez uso de recursos próprios para a sua viagem, mas que, depois, recebeu recursos de seu governo, além de funções oficiais junto à legação.⁴ Fora a alusão de Masses,⁵ o personagem figura pela mais completa ausência na historiografia sobre o tema, possivelmente pelo próprio reconhecimento do historiador argentino sobre as ideias de Malarin: “sugere um método alternativo e contraposto” (Idem, p.68).

Como apontamos, uma das questões centrais deste artigo é refletir sobre quais ideias de Malarin se transformaram em opções políticas para Roca e para o presidente Nicolás Avellaneda durante a fase final da Campanha do Deserto. Além disso, é necessário pensar o movimento de expansão territorial que implicou a destruição de grupos indígenas na Argentina em uma perspectiva transnacional. As cartas de Malarin, como fruto de sua viagem aos Estados Unidos e à Europa, nos mostram como esse assunto transcendia as fronteiras nacionais e como foi refletido à luz de outros acontecimentos análogos e concomitantes de outros países. Igualmente, está entre nossos objetivos refletir

promoção de políticas de assimilação e ou extermínio do Estado para os grupos indígenas dos territórios que se pretendiam ocupar.

⁴ Legação argentina em Washington. Washington, 29 de novembro de 1877. Carta informando o endereço de Miguel Malarin em Washington e sua vinculação oficial a essa legação. National Archive II, M47, roll 2.

⁵ Masses (2001) traz uma breve biografia de Malarin, apoiando-se no trabalho de Gabriela Corizo: Miguel Pedro Antonio Malarin nasceu em 1858, na província argentina de Entre Ríos, entrando no Colégio Militar com 17 anos, onde logo passou às ordens de Roca, na Comandância de Fronteira em Córdoba. Com 19 anos, passou a ser adido militar da legação argentina em Washington, sendo transferido para a França em 1879. Ao retornar à Argentina, participou ativamente do segundo governo de Roca, com funções políticas e militares, p. 64.

sobre discursos de violência produzidos contra as sociedades originárias desses dois países (Argentina e Estados Unidos), que fundamentaram ações com desdobramentos presentes até a atualidade.

Antes de abordarmos essas questões cruciais, é importante situar quais são os nossos aportes teóricos. Sendo este um estudo sobre fronteiras e territórios nacionais em construção, apoiamo-nos na definição da antropóloga colombiana, Margarita Serje, de “fronteiras do capitalismo”. Segundo a autora, as fronteiras surgem de uma abstração, uma ideia que precede a experiência (2019, p.13). Elas não são simplesmente objetos ou lugares concretos, mas sim ideias que se materializam a partir de um conjunto de práticas e intervenções, as quais carregam diferentes formas de violência. São construções sociais, produzidas com objetivos específicos de criar pertencimentos e formas de expressar a autoridade de um grupo em relação a outro, no caso, o poder estatal em relação às sociedades originárias. De acordo com o historiador Benjamin Hopkins, a formação de uma zona de fronteira indicou uma situação em que o Estado passou a reivindicar um poder sobre um território em questão. A conquista do território indígena com o enfrentamento de seus habitantes, marcou a consolidação de um projeto nacional (HOPKINS, 2020, p. 22). Mais que delimitações físicas, as fronteiras podem ser pensadas como práticas que marcam espaços de pertencimento ou de ausências em relação a um determinado poder. Além disso, os espaços de fronteira são locais de múltiplas formas de soberania, nos quais a imposição do Estado interage com as ações das soberanias indígenas pré-existentes. Essas “soberanias múltiplas podem coexistir e interagir e, até mesmo, ser aninhadas uma dentro da outra,”⁶ como parte do objetivo das nações de tornarem essas terras produtivas e úteis a um sistema global de mercado, subjulgando seus habitantes e promovendo políticas de imigração e de expansão da fronteira econômica concomitantes (PASSETTI, 2010, p. 384).

Entre os objetivos das “fronteiras do capitalismo” está a integração do novo território em circuitos comerciais regionais e globais. Apesar de parte do Pampa ter um clima seco e possuir regiões improdutivas (PASSETI, 2012, p. 70), algumas das novas

⁶ Do original: “*Multiple sovereignties could coexist and interact and even be nested within one another*”, HOPKINS, 2020, p. 28.

áreas integradas após a Conquista do Deserto fizeram parte de circuitos comerciais internacionais com a criação de bovinos e ovinos (BANDIERI, 2009, p. 203). Além desse fator material, a integração ao capitalismo também se relacionava à necessidade por parte do Estado de dotar de “civilidade” esses “desertos” e assim fazê-los “progredir”, conforme os discursos políticos dominantes. Os espaços ditos “vazios”, ou seja, o vasto território indígena e fora da jurisdição concreta dos Estados, eram considerados *res nullius* ou áreas vazias e passíveis de ocupação. A conquista desses espaços pesava tanto sobre as pretensões dos Estados recém-formados nas Américas, ainda temerosos de ocupações europeias e de suas intenções imperialistas, quanto sobre as disputas limítrofes empreendidas pelos Estados vizinhos. (Idem, p. 99-110).

Articular diferentes projetos políticos engendrados em contextos análogos e superar uma visão restritiva aos parâmetros nacionais são escolhas investigativas e epistemológicas inspiradas no viés transnacional, cujo objetivo é perceber situações de circulação, conexão e contato entre realidades diferentes, mas relacionadas. Extrapolando as fronteiras nacionais, com suas viagens Malarin buscou contato com situações análogas àquelas que encontrava na Argentina, atento a novas possibilidades de lidar com aquilo que seus conterrâneos viam como um problema: a presença de inúmeras sociedades indígenas em uma vasta área que o Estado tinha a pretensão de ocupar. A perspectiva da circulação demonstra que os processos históricos se influenciavam mutuamente, permitindo implodir uma visão unidirecional de uma narrativa preocupada apenas em ratificar a influência dos Estados Unidos e da Europa sobre a América Latina. O viés transnacional nos ajuda a desconstruir essas narrativas, demonstrando que as fronteiras nacionais são fluidas e em constante reelaboração, compostas por discursos múltiplos de identidades, que se relacionam, interagem entre si ou se interseccionam (SAUNIER, 2013, p. 11; SEIGEL, 2005, p. 62-90; PURDY, 2012, p. 64-84; WEINSTEIN, 2013, p. 9-36; PASSETTI, 2010, p. 266-267; PRATT, 2008, p. 7-8; SEIXLACK, 2017). A etapa de consolidação dos Estados nacionais, da qual a delimitação de suas fronteiras fez parte, passou a ser vista como uma construção social permeada pelo trânsito de ideias, pessoas e discursos, e não mais como uma metanarrativa de sentido unidirecional.

Miguel Malarin não quis evidenciar os Estados Unidos como uma excepcionalidade e seus escritos. Ao contrário, colocou esse país em uma posição semelhante à Argentina, mas destacou que, em alguns pontos, assumiu opções estratégicas que pareciam, ao seu ver, interessantes de serem utilizadas em contexto argentino. O fato de os Estados Unidos terem iniciado o processo de expansão e ocupação de suas zonas de fronteira anteriormente à Argentina colocou esse país como uma espécie de exemplo nas situações consideradas problemáticas no processo da chamada Conquista do Deserto. A despeito disso, tanto Malarin quanto Roca também se mostraram críticos a muitas opções adotadas nos Estados Unidos, como veremos a seguir.

O “deserto” argentino e o “oeste” estadunidense

O interesse dos argentinos nos Estados Unidos e a constatação da semelhança entre as situações presentes em ambos os países podem ser demonstrados em textos anteriores às cartas analisadas. No clássico texto da literatura argentina *Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina*, de Juan Bautista Alberdi, nota-se uma preocupação com a ocupação do território e o combate ao “deserto”, aqui visto tanto como um local de vazio demográfico quanto de “civilização”, frequentemente utilizado como referência aos territórios indígenas (PASSETTI, 2018, p. 62). A transformação dos desertos em locais “civilizados” e povoados estava entre as propostas de Alberdi. A imigração de europeus foi apontada como uma possibilidade de transformação dos desertos argentinos, uma vez que, para Alberdi, esse recurso fora utilizado de forma bem-sucedida pelos Estados Unidos, na transformação de seus “desertos do Oeste” em espaços de “civilização”.

La gloria actual de los Estados Unidos es **llenar los desiertos del Oeste de pueblos nuevos, formados de su raza**; nuestra política debe apartar de la imaginación de nuestras masas el cuadro de nuestros tiempos heroicos, que representa la lucha contra la Europa militar, hoy que necesita el país de trabajadores, de hombres de paz y de buen sentido, en lugar de héroes, y **de atraer a Europa y recibir el influjo de su civilización**, en vez de repelerla (ALBERDI, 1852, p. 231)

Promover a imigração de trabalhadores europeus para povoar os “desertos” estava entre as principais ideias de Alberdi na década de 1850, contexto marcado pela tentativa

de afirmação de uma elite política liberal, após a derrota de Juan Manuel de Rosas do poder de Buenos Aires. Em *Facundo, ou civilização e barbárie*, Sarmiento sinalizava o deserto como um problema: “o mal que aflige a República argentina é a extensão: o deserto a rodeia por todos os lados e se insinua por suas entranhas; o despovoamento sem nenhuma habitação humana são, em geral, os limites inquestionáveis entre umas e outras províncias” (SARMIENTO, 2010, p. 68). As áreas não povoadas que cercavam as cidades e os territórios indígenas ou *gauchos* conotavam os lugares não-civilizados que caracterizavam os desertos (PRADO, 1999, p. 162-165; RODRIGUEZ, 2006 p. 16).

A preocupação com os desertos foi tomada como uma prioridade pelo governo a partir da década de 1870. Após a Guerra da Tríplice Aliança, o governo argentino pôde voltar sua atenção às questões pendentes nas fronteiras internas no sul do país, visando à incorporação definitiva do Pampa e da Patagônia. Tendo Adolfo Alsina como ministro da Guerra, a fronteira interna foi dividida em comandâncias regionais, chefiadas por militares profissionais que se ocupavam da defesa dos *malones* indígenas e que realizavam eventuais ofensivas. Julio Argentino Roca era responsável pela fronteira na região de Córdoba (PASSETTI, 2009, p. 226).

O interesse de Roca pelas situações de fronteiras nesse país também surge em cartas encaminhadas ao ministro Alsina. Como ponto crucial dos debates com o ministro estavam suas críticas ao plano de operações na fronteira, chamado por Roca de “defensivo”, o qual consistia no deslocamento progressivo de uma “linha” de fortes, que avançaria rumo ao deserto. Roca argumentava que essa estratégia incorria no risco de deixar as tropas sem guarnições diante de possíveis ataques indígenas, uma vez que o avanço da fronteira afastaria os fortes dos principais centros de povoamento.⁷ Argumentou, nessa ocasião, que o melhor seria continuar com as mesmas posições de fronteira existentes, as quais funcionariam como pontos de retaguarda para ataques mais eficazes contra as populações indígenas do Pampa, até que a fronteira pudesse ser levada ao Rio Negro.

⁷ Fundo Julio Argentino Roca, n. 1231, leg. 3, Buenos Aires, 14/01/1876, carta de Miguel Malarin para Roca, Archivo General de la Nación (AGN).

A comparação com os Estados Unidos no trecho da carta a seguir demonstra o interesse desse militar pelas ações implementadas nesse país, muito embora Roca não acreditasse em uma cópia do sistema estadunidense, argumentando que a guerra ofensiva com os indígenas era mais eficaz que outras ações realizadas nesse país:

Tentar comprarles esa zona de territorio, como se ha hecho con muchas tribus en Norte América [EUA] no daría resultados. Sin embargo, se podría hacer la experiencia y mandar hacer posiciones en este sentido a los caciques (...) obligándose a vivir en espacios más reducidos y á donde les designase el gobierno. A mí juicio, **el mejor sistema de concluir con los indios**, ya sea extinguiéndoles o arrojándoles al otro lado del rio negro, es el de la **guerra ofensiva**, que es el mismo seguido por Rosas que casi concluyó con ellos.⁸

Foi nesse contexto de discussões sobre possibilidades e estratégias a serem tomadas nas ações contra os indígenas que Miguel Malarin foi encaminhado para os Estados Unidos a pedido de Roca, no ano de 1877.

O resultado dos estudos e das observações de Malarin foram enviados a Roca entre 1878 e 1879, em muitos casos, a partir de Paris, onde veio a ser seu próximo posto de observação. O interesse pela França advém da necessidade de estudar o sistema de organização, treinamento e administração dos exércitos, além da ocupação da Argélia, como mostra Malarin no seguinte trecho de sua carta para Roca: *“esa posesión francesa del África, poblada por beréberes y árabes en la que se tiene constantemente 50 a 70.000 hombres em línea y que tantos caracteres tiene de semejanza con nuestro país.”*⁹ E, ainda, completa com a seguinte afirmação: *“al estudiar a estos eminentes hombres [militares franceses na Argélia], parece que estuviera en mi tierra, viendo nuestras guerrillas y nuestras luchas de la Pampa.”*

As semelhanças observadas entre diferentes contextos de expansão da fronteira sobre territórios em que o Estado não havia conseguido adentrar, além da situação de resistência indígena às políticas de colonização, levantaram o interesse dos argentinos pelos Estados Unidos. Tal comparação poderia auxiliar no estabelecimento de diretrizes internas de ação. Assim como a Europa, os Estados Unidos eram imaginados de forma bastante idealizada por parte dos latino-americanos como um modelo de mundo

⁸ Fundo JAR, leg. 115, Rio Cuarto, 19/10/1875, op. cit. grifos nossos, AGN.

⁹ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 28/01/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

civilizado, no qual o progresso material encontrava-se em ritmo acelerado (FRANCO, 2018, p.169-170). Malarin, como um viajante argentino, também forjava sua própria identidade, ao mesmo tempo em que experimentava a realidade idealizada. Observar o cenário norte-americano fez com que ele refletisse sobre o panorama argentino expresso nas primeiras cartas que continham um tom mais crítico sobre a realidade de seu país, e também fez com que discorresse sobre procedimentos que deveriam ser tomados. Com o avanço bem-sucedido das operações de Roca no Pampa, Malarin evidenciou o progresso argentino em relação aos Estados Unidos no problema de fronteiras, mas reiterou a necessidade de empreender ações voltadas à “questão de índios”, das quais, em sua visão, os norte-americanos se ocupavam de maneira mais ativa. Não se tratava, portanto, de uma simples operação de cópia das ações do dito país civilizado, mas sim de uma análise da realidade estrangeira, apontando os elementos que serviam ou não à sua adaptação (Idem, p.202-203).

Ao analisar o contexto com o qual Malarin se deparou nos Estados Unidos, percebemos um ambiente político focado na reconstrução do país após a Guerra Civil (1861-1865) e em plena expansão da modernidade para seus desertos. Elementos como a imigração, a construção de ferrovias para as áreas mais remotas e o início do desenvolvimento industrial forneceram as condições propícias para se pensar nos impactos do progresso e na necessidade de promover a expansão da civilização. Esses discursos encontravam paralelo na Argentina desde a Geração de 1837 e ajudaram a imaginar uma nação na qual a substituição da mão de obra indígena e mestiça pela de imigrantes brancos pudesse elevar o *status* de civilização, pretendido por suas elites. (NORONHA DE SÁ, 2012, p. 38; PRIVITELLIO, 2009 p. 14-15; RODRIGUEZ, 2006, p. 25) Modernizar a nação, portanto, também significava acabar com os desertos, substituindo os habitantes originais por imigrantes comprometidos com o desenvolvimento econômico do país. Ao mesmo tempo, acabar com os desertos significava transformar em territórios nacionais espaços que se mantinham fora da jurisdição estatal e que impediam a definição das fronteiras internacionais (HOPKINS, p. 192).

Durante o período pré-Guerra civil, o *Removal Act* ou a política de remoções foi o principal método utilizado nos Estados Unidos, que forçou muitos grupos indígenas a emigrarem para além da fronteira no Oeste. A intenção inicial era a de evangelizar ou educar esses grupos, sendo que a remoção ocorreria quando essa primeira intenção não era alcançada (PRUCHA, 1981, p. 22-26). Já no período pós-guerra e com a colonização do Oeste a partir da década de 1870, as ações contra as sociedades indígenas foram modificadas e tomaram um caminho mais conflituoso, principalmente por não mais aceitarem a possibilidade de existência autônoma dessas sociedades, como antes ocorria com os grupos removidos para o Oeste. As operações militares contra os indígenas nos Estados Unidos, principalmente contra os grupos Sioux no norte e os Apaches nas proximidades com o México, eram temas importantes no país, na época em que Malarin esteve em Washington. No ano de 1876, o exército norte-americano sofreu uma importante baixa com a morte do General Custer, devido ao ataque de grupos Sioux e Cheyenne em *Little Big Horn*. Os caciques *Crazy Horse* e *Sitting Bull* surpreenderam o exército, em resposta às pressões do governo sob seu território após a descoberta de ouro, que incentivavam a conquista e o povoamento das terras do Oeste (JUNQUEIRA, 2018, p. 140-143). A perseguição aos grupos dos “hostis Sioux” e de outros que habitavam os “territórios bárbaros” estava em pleno curso entre 1877 e 1878.¹⁰

No ano de 1879, a transferência do *Indian Bureau* para o Departamento de Guerra comandado pelo general Sherman colocou a expansão das fronteiras internas como um problema a ser resolvido pelos exércitos. Mesmo sem um departamento específico para as “questões de índios”, na Argentina, a situação também era organizada pelo ministério do exército, embora Malarin houvesse chamado a atenção de Roca para o fato do *Indian Bureau* permanecer ligado ao serviço civil, conectando políticas de guerra com ações paralelas como a imigração: “*los americanos la han comprendido bien, cuando han colocado los negocios de Indios al amparo del ejército, pero bajo la dirección del servicio civil*”.¹¹ Encorajar os imigrantes a povoarem os novos territórios incorporados à nação

¹⁰ William T. Sherman Papers. Box 47, reel 24, 1877 “hostiles sioux under sitting Bull [with] about two thousand fighting men”; Box 46 reel 24, 1877 “barbarian country”. Vários autores em cartas para William Sherman. Library of Congress. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/mss398000057>

¹¹ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 10/02/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

era uma medida aliada, como a destruição dos búfalos que serviam de alimento para os indígenas, ataques sistemáticos contra os “hostis”, e a remoção para reservas localizadas a imensas distâncias dos seus territórios originais (Idem, p. 140). Em carta para o General Sherman no ano de 1879, em resposta a um relatório que anunciava a transferência do *Indian Bureau* para o Departamento de Guerra, argumentava-se que “domar o índio” era mais fácil que “civilizá-lo”, e que os indígenas poderiam ser utilizados dentro dos exércitos, pois a disciplina militar se encarregaria de transformá-los:

Men accustomed to speculation reasoning such as ministers and mere scholars naturally falling error in discussing the Indian question. The opinion of good sensible men based upon practical knowledge is more trustworthy. It is much easier to tame an Indian than to civilize him. With his contempt of death and ferocious courage the Indian only needs discipline and knowledge of the art of war to make him the best soldier in the world.¹²

Utilizar métodos de submissão ou transculturação¹³, juntamente com práticas militares de ordenamento ou o conflito direto aos grupos inimigos, parecia ser o conjunto de medidas visualizadas por Malarin no contexto estadunidense e que serviria de indicação para os próximos passos do governo argentino. A derrota dos Apache aconteceu concomitantemente à Campanha do Deserto de Roca, e os Sioux, último grande grupo inimigo e perseguido desde a morte de Custer, foram derrotados no massacre de *Wounded Knee*, em 1890. Assim como nas expedições militares argentinas da década de 1870, o emprego crescente de armamentos mais modernos e de táticas de guerra mais eficazes contribuiu para diminuir a vantagem que os indígenas tinham em termos de conhecimento do território. Com a derrota dos Sioux e o aprisionamento dos remanescentes em reservas, o problema indígena chegou simbolicamente ao seu fim: a civilização derrotou e passou a controlar a barbárie do Oeste, e as antigas montanhas sagradas dessa etnia foram transformadas nas esculturas das cabeças dos primeiros presidentes da República, encerrando a fase de expansão da fronteira (HOPKINS, p. 122).

¹² Carta para William T. Sherman [s.n.]. Box 49, reel 25 Indianapolis, 10 março, 1879. Library of Congress. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/mss398000061>

¹³ Usamos a referência de PRATT, 2008, p.7: “Etnógrafos tem utilizado esse termo (transculturação) para descrever como grupos subordinados ou marginalizados selecionam e inventam a partir de materiais transmitidos a eles por grupos dominantes ou pela cultura da metrópole. Enquanto subjugados (...) [esses grupos] determinam o que eles absorvem, como utilizam e o que eles produzem significado sobre. Transculturação é um fenômeno da zona de contato.” Tradução livre.

O Oeste ou o *wilderness*, para os Estados Unidos (JUNQUEIRA, 2018, p.80-82), e o *desierto*, para a Argentina, eram os espaços habitados pelos “selvagens” e que necessitavam de intervenção da sociedade civilizada para que pudessem receber o progresso material e social. Em ambos os casos, espaços povoados por diferentes grupos étnicos foram classificados como “vazios” ou ausentes de populações consideradas civilizadas (QUIJADA, 2011, p. 177). Também se tratavam de lugares de natureza hostil e pouco conhecidos pelas sociedades que se estabeleceram a partir das colonizações europeias. Esses espaços foram definidos como “terras de ninguém” (JUNQUEIRA, p.85) e estavam sujeitos à ocupação colonial pelas nações civilizadas, o que fazia da sua ocupação uma questão de soberania nacional.

A inspiração em países do hemisfério norte para a construção de um mundo dito civilizado na América Latina advém de um “olhar imperial”, que coloca os países europeus – e, em alguma medida, os Estados Unidos –, como capazes de combater a barbárie presente no restante do globo (SAID, 1993, p. 140-141). Os herdeiros da instituição colonial e imperial, as elites políticas e econômicas latino-americanas descobriam em seus “outros internos” os entraves para a ascensão de seus países a um ambiente considerado civilizado: o que significava ter a natureza sob controle, expandindo as possibilidades de progresso material (FRANCO, 2018, p. 27). As informações contidas nas cartas de Malarin são um retrato de sua leitura sobre os acontecimentos na Argentina, pelo prisma de lugares estabelecidos como mais civilizados e de maior progresso material. A missão de Malarin em Washington e posteriormente em Paris teve como objetivo informar Roca sobre aspectos específicos dos ambientes observados (no caso, fronteiras, políticos com os indígenas e exércitos), que foram narrados juntamente com suas opiniões pessoais sobre as questões discutidas.

Baseados na ideia imperial de civilizar os bárbaros, os políticos e militares do final do século XIX relacionavam suas populações indígenas com a barbárie que impedia o fluxo da civilização. Essa não era uma questão nacional argentina, mas sim parte de um contexto maior de dominação de povos originários, seguida da ocupação e exploração econômica de seus territórios quando possível, ou a conquista podia ser parte de uma demonstração de poder militar, dentro de um contexto geopolítico regional (PRATT,

2008, p. 8-9). As fontes analisadas revelam um contexto de circulação em que situações análogas se inter cruzavam e se influenciavam mutuamente, a partir do ponto de vista de um latino-americano na Europa/Estados Unidos, dentro de um fluxo de “contramão” (FRANCO, p. 28; SAID, p. 123). Contextos de circulação evidenciam os contatos transnacionais e transculturais, colocando em evidência a fluidez das fronteiras nacionais e situações de contato entre planejamentos de ações de expansão de fronteiras do capitalismo, que pretendiam estabelecer conexões maiores, fossem elas culturais ou econômicas, modificando a dinâmica regional ao promoverem conexões com outros fluxos mercantis e globais.

Indígenas e fronteiras

Podemos verificar um argumento constante nas diferentes cartas enviadas por Malarin a Roca: a separação entre a “questão de índios” e a “questão de fronteiras”. Para Malarin, seria uma “ilusão” acreditar que, ao resolver uma dessas questões, a outra se solucionaria automaticamente.¹⁴ A chegada de Roca ao rio Negro, situação que politicamente marcou o fim da Campanha do Deserto ao representar a vitória do exército argentino contra as populações do Pampa, ressaltava, para Malarin, a necessidade de o governo começar a se preocupar com a “questão de índios”.

La cuestión de fronteras va a quedar próximamente resulta en las tierras australes con la expedición a la Patagonia y a las tierras del Limay; pero estoy convencido que **esa cuestión tiene muy poca correlación con la cuestión india, obra seria y difícil**. La conquista de los territorios la sumisión de los pueblos no trae nunca consigo la conquista absoluta de la nación vencida, es decir, la asimilación mutua.¹⁵

A “questão de fronteiras”, portanto, seria a guerra contra os indígenas e a conquista territorial, não implicando a transformação cultural e civilizacional dessas sociedades, projeto que demandaria medidas específicas nesse sentido. Esse último ponto se relacionaria à “questão de índios”, projeto de longo prazo e posterior à etapa militar de conquista e submissão, considerado o “verdadeiro problema” a ser enfrentado. Em suas palavras: *“el verdadero problema está en lo que se debe hacer de los indios. La*

¹⁴ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 10/02/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

¹⁵ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 03/06/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

expedición al desierto no viene a ser así sino un medio de obligar al indio a aceptar nuestros proyectos y en manera alguna la resolución de la parte principal.”¹⁶

Após obrigar os povos originários a aceitarem os projetos do Estado com a etapa militar, seria necessário eliminar o “elemento índio”¹⁷ das populações submetidas, e seria nesse sentido que suas observações nos Estados Unidos auxiliariam na montagem de um sistema semelhante na Argentina. Nesse aspecto, percebe-se uma crítica de Malarin à forma como a situação foi retratada pela imprensa e por alguns políticos e militares em seu país, os quais colocavam a Campanha do Deserto como a finalização dessa etapa de luta contra o indígena, supostamente resolvendo aquilo que, para ele, se configurava como o antigo problema do Pampa:

Esa cuestión de indios no es en América una cuestión especialmente de frontera, de desierto a conquistar: es además y sobre todo **un combate de raza a raza**, una lucha entre un pueblo conquistador y un pueblo semisalvaje. Por esto los **americanos no se han hecho nunca la ilusión** de creer, que conquistado el terreno y sometidos sus habitantes, el gran problema estaba resulto. Lejos de eso han creído siempre que la **cuestión capital consistía en eliminar, por un medio o por otro, el elemento indio, es decir, contrario al espíritu de la mayoría.**¹⁸

Eliminar o “elemento índio”, ou seja, os aspectos específicos das sociedades indígenas e que se opunham aos ideais de nação imaginados pelas elites políticas argentinas era um projeto de transformação cultural. Inserir essas populações no estilo de vida considerado “civilizado” seria uma maneira de impedir que os indígenas voltassem para suas terras de origem e formassem novamente forças de resistência ao governo. Políticas específicas deveriam ser designadas para tal, abrangendo uma preocupação com os novos locais de moradia, alimentação, ocupação e vestimentas, para impedir que os indígenas “*no vuelvan a las andadas*”.¹⁹

A preocupação com o emprego de ações de transformação social e cultural das sociedades pampeanas colocava o governo como um agente catalizador do processo civilizacional. Embasado por discursos correntes no final do século XIX, assumia-se uma certa inevitabilidade na modificação dessas sociedades rumo à civilização. Quanto às

¹⁶ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 28/01/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

¹⁷ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 09/02/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

¹⁸ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 10/02/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

¹⁹ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 28/01/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

sociedades caçadoras e nômades, caberia conduzi-las primeiramente para o pastoreio e a agricultura, para depois inseri-las nas escalas de trabalho industriais: “*El primer paso de la vida nómada a la civilización es el estado pastoril, sigue el agrícola, después el de industria. No hay pues que exigir un salto excesivo ni dedicar al indio a un estado en el cual echara de menos sus costumbres de jinete y de cazador.*”²⁰ Tal pensamento foi expresso por Malarin, muito embora não correspondesse ao que se sabe sobre os grupos indígenas no Pampa, a exemplo daqueles liderados pelo cacique Calfulcurá, e, depois, por seu sucessor Namuncurá, os quais mantiveram contínua relação econômica com o Chile, comercializando gado que tanto provinha do pagamento de rações pelo governo, quanto tinha origem em suas criações próprias, já que estes habitavam pontos de pastagens férteis no Pampa (JONG, 2015, p.17).

A possibilidade de transformação do indígena em ser “civilizado”, retirando os elementos considerados “selvagens” e aproveitando-o como mão de obra, foi colocada por Roca em 1877, em cartas escritas para Adolfo Alsina, então ministro da Guerra: “*saber si son o no aptas para el trabajo o tienen que sucumbir como los peles rojas en la América del Norte a quienes tanto se asemejan, ante las necesidades siempre crecientes de la civilización.*”²¹ Como se lê, a aptidão ao trabalho foi colocada como uma alternativa ao extermínio e os Estados Unidos foram lembrados por Roca pelas guerras “contra os peles vermelhas” e a imposição da civilização pela violência.

Como contraponto, Malarin apresentava outra visão sobre os Estados Unidos em que a civilização dos indígenas era feita via destruição dos “desertos”, com populações de imigrantes que passavam a povoar as áreas indígenas. Na carta de Malarin, a civilização dos povos originários foi dada pelo contato com populações consideradas civilizadas de outros países, enquanto Roca colocou os Estados Unidos como exemplo para o extermínio indígena, diante da não possibilidade de civilizá-los. De acordo com Malarin, a imigração massiva nos Estados Unidos se ocupou em expandir a civilização pelo território indígena, obtendo resultados mais expressivos que o conflito direto ou as “conquistas dos desertos”:

²⁰ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 10/02/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

²¹ Fundo JAR, leg. 115, Rio Cuarto, 19/6/1877, carta de Roca para Alsina, AGN.

Ud. ha visto por mis memorias anteriores que el Gobierno consideraba a los indios como a aliados y extranjeros; pero más tarde esta práctica sufrió ciertas modificaciones **que tendían más a la civilización o asimilación de la raza, que a la conquista del desierto.** Porque en realidad, **la inmigración era tan intensa** que sus aleadas irresistibles hacían las veces de ejército, invadiendo los territorios salvajes y apoderándose del terreno.²²

Assim como para Alberdi “governar é povoar”, para o militar e viajante Malarin “*el desierto se combate con población*”.²³ A grande entrada de imigrantes nos Estados Unidos teria dissipado os desertos, já que as cidades foram se expandindo para as áreas indígenas e modificando a situação da fronteira:

Puede decirse que no existe hoy día el desierto en los Estados Unidos, tome usted un mapa y vera que la superficie está cubierta de pueblos o de fuertes. **Las fronteras no se delimitan por líneas:** allí donde hay indios hay un fuerte para defender y observar a esos indios. Con frecuencia se ve una tribu completamente salvaje en medio de un Estado lleno de grandes ciudades.²⁴

A fronteira, nesse caso não era constituída por uma linha de fortes militares, como no Pampa argentino. Não era espacialmente delimitada devido ao avanço das cidades e de novas formas de exploração econômica sobre o território dos nativos, mas sim de uma maneira mais fluida e que marcava o avanço da expansão do capitalismo sobre o território indígena. Na Argentina, a imigração também foi utilizada como um recurso de transformação racial e de expansão da fronteira econômica, sobretudo agrícola. Como uma forma de “substituir” as sociedades pré-existentes por uma população “mais apta” à civilização, a imigração foi uma política complementar às campanhas militares nos desertos, dentro de um contexto em que o racismo criava diferenças entre os grupos humanos, utilizando categorias de raças marcadas pelo determinismo biológico (FUNES, 2017, p. 103-104; HOLT, 2003 p. 7-8).

No entanto, apesar da imigração e da rápida expansão da fronteira do capitalismo nos Estados Unidos, Malarin argumentava que a assimilação da “raça inferior” era um processo longo e complexo:

Sin embargo, de todo esto, no es decir que no hay ni desierto ni fronteras y que todas las tribus están sometidas, los americanos cuentan aun por siglos antes de entrever la desaparición del indio. Esto es comprensible pues **la asimilación**

²² Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 10/02/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

²³ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 25/05/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

²⁴ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 10/02/1879, Op. Cit.

de una raza inferior y su elevación a una escala superior no son la obra de un hombre ni de una campaña. Para esto se necesita algo más que la espada, signo de paz y de conservación; y algo mejor que el ejército guardián.²⁵

Como afirmado anteriormente, para o militar, a “questão de índios” se resolveria a longo prazo. Como uma crítica aos discursos sobre o êxito da Campanha do Deserto na Argentina, Malarin reiterou, em princípios de 1879, que sua resolução não era obra de um homem ou uma campanha militar, mas sim resultado de diversas ações específicas nesse sentido, juntamente com a imigração de europeus para povoar os desertos. A transformação de uma raça “inferior” em “superior” não seria efetivada pela violência, mas por políticas às quais se relaciona a seguinte questão: “*¿que hacer de nuestros 200.000 indios?*”²⁶

O almejado desaparecimento indígena, pode-se inferir, não era apenas físico, mas também cultural. A transformação dos indígenas em trabalhadores inseridos nas lógicas ocidentais era vista como uma maneira de fazer o “elemento índio” desaparecer. Esse objetivo respondia à questão – o que fazer com os indígenas? – uma vez finalizada a etapa de conquista territorial, ou seja, a “questão de fronteira”. A pergunta previamente levantada por Roca sobre a possibilidade de civilizar o indígena e aproveitá-lo como mão de obra, dispensando medidas puramente genocidas (LENTON, 2014, p. 60; LAWRENCE, 2012, p. 10) foi retomada por Malarin no começo de 1879. Em sua opinião e em virtude de suas experiências nos Estados Unidos, Malarin concluiu que era possível modificar aquilo que chamou de “caráter do índio”, desde que fossem retiradas as liberdades de existência autônoma, que permitiriam a manutenção de suas tradições: “*mientras el indio esté sin conexión con la tierra será un vagabundo peligroso: es necesario entonces alejarlo del campo de sus abuelos, introducirlo en una provincia bien poblada y darle tierras, vacas e instrumentos de labranza*”.²⁷

As aplicações de medidas que restringiam a liberdade e ameaçavam a existência das sociedades indígenas, ao mesmo tempo em que as induziam a adotar papéis sociais da “civilização”, eram, a seu ver, tipos de ações que seriam bem recebidas na Argentina,

²⁵ Idem

²⁶ Idem

²⁷ Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 10/02/1879, Op. Cit.

nação supostamente mais receptiva às diferentes “raças” que os Estados Unidos.²⁸ Malarin enuncia alguns métodos de destruição que foram empregados ao longo do tempo, porém, os considera sem resultados satisfatórios ou de ações com um custo de execução muito elevado. Seriam eles: “matanças gerais”, em que a violência e a capacidade de resistência indígena se tornavam maiores a cada ano; a dispersão de um grupo em partes menores, em que o reflexo no desaparecimento era pequeno; o “transporte a pé” ou transladação, que afetava principalmente anciãos, mulheres e crianças e a introdução do álcool, causando, em suas palavras, degradação e esterilidade. No entanto, medidas como o recrutamento de indígenas para os corpos de exército e a utilização de sua força de trabalho nos campos demonstravam a capacidade de os indígenas se adaptarem a um novo contexto social, ou em suas palavras: *“los resultados no han correspondido aun a las esperanzas de los americanos, pero si han dado à luz un lado bueno del carácter del indio: es decir su aptitud para civilizarse y ser moral.”*²⁹

Mesmo que os resultados dessas opções não “correspondessem às esperanças dos americanos [estadunidenses]”, eram iniciativas que poderiam ser colocadas em prática, pois, com o iminente fim da Conquista do Deserto, ficava a necessidade de tomar medidas práticas nesse sentido, uma vez que esse militar não acreditava que a conquista territorial traria automaticamente a resolução da chamada “questão de índios”. É possível inferir que a crença na falta de receptividade dos estadunidenses à “raça índia” tenha sido fruto de uma imagem comum dos latino-americanos em relação aos Estados Unidos, que os colocavam como mais segregadores e “racistas”. Essa imagem ou mito descrito por Malarin não significava que os argentinos tivessem maior receptividade ao contato mais próximo com os grupos indígenas. De fato, a opção sugerida, a distribuição, foi aplicada na Argentina com os indígenas prisioneiros dos conflitos no Pampa, muito embora essa tivesse sido uma opção marginal, e não o primeiro objetivo do governo. Como argumentou Gabriel Passetti (2010, p. 376 e 2018, p. 75), Roca optou pelo enfrentamento

²⁸ No texto de Malarin temos a seguinte ideia: *“el pueblo americano [estadounidense] es poco simpático a la raza india y de aquí que la asimilación de la raza india sea lenta. Pero los mismos medios aplicados entre nosotros darían mejores resultados”*. Idem.

²⁹ Idem

direto aos indígenas, com a realização da Campanha do Deserto e de operações militares paralelas a esta.

Dessa forma, deparamo-nos com os dois pontos mais relevantes desse conjunto epistolar: a separação entre a “questão de índios” e a “de fronteiras”, o que implicava atender a demandas específicas da “questão de índios”, e a alternativa da “distribuição” dos indígenas sobre o extermínio. Apesar de ambos os pontos serem ideias marginais, a distribuição foi aplicada a grupos de prisioneiros e demais remanescentes, após as operações militares. A elucidação prévia nas cartas e a indicação de Malarin, que forneceu outros documentos mais específicos sobre os procedimentos adotados pelo governo dos Estados Unidos em relação às suas populações indígenas são evidências de que não se tratavam de ideias desconhecidas. Apesar de dar algumas indicações de como utilizar na prática o método da distribuição, e de como os Estados Unidos faziam para controlar os indígenas dentro desse processo, Malarin relatou também que outras informações seriam agregadas com maiores detalhes posteriormente.³⁰

Na ocasião de aprovação da lei para disponibilizar recursos para a Campanha do Deserto, o presidente Nicolás Avellaneda enviou um discurso aos parlamentares, que indicava um caminho semelhante ao posicionamento de Malarin: povoar os desertos para inserir seus habitantes em novas lógicas sociais e econômicas, aproveitando sua “aptidão” à civilização, devido ao contato constante com a sociedade de origem europeia, comparando-os aos *gauchos*. A miscigenação já em curso, ressaltada por ele, era outro fator que facilitaria o processo de absorção gradativa dessas populações pela sociedade majoritária:

Las tribus que habitan son poco numerosas y, según informes fidedignos, su población total no alcanza a veinte mil almas. Han alcanzado un grado de civilización bastante elevado, respecto de las otras razas indígenas de la América del Sur, y su transformación se opera como estamos viendo todos los días, de una generación a otra, cuando poderes supervisores les dedican un poco de atención. Su contacto permanente con Chile y la mezcla con la raza

³⁰ Na carta de Malarin encontra-se o seguinte trecho: “esto se trata de hacer en Norte América donde existen muy pocas tribus que cuiden haciendas: las más son agricultoras o viven de la ración del gobierno y de la casa. **Pero estas cuestiones las tratare más extensamente en las memorias que debo enviarle**”, Op. Cit, carta de 10/02/1879.

européa han hecho tanto camino, que estos indios casi no se diferencian de nuestros gauchos, y **pronto tendrán que desaparecer por absorción**.³¹

Apesar de a opção pela distribuição ter sido aplicada, ela não foi a escolha principal do governo, mas sim uma solução para atender às demandas do pós-Campanha. Malarin insistia na necessidade de continuar as operações até a Patagônia para realizar a “*efectiva la posesión del suelo, sumisión de los indios y reconocimiento del país*”, além de implementar medidas específicas relacionadas ao “trato com os índios”:

La cuestión de fronteras va a quedar próximamente resulta en la tierra australes con la expedición a la Patagonia y a las tierras del Limay; pero estoy convencido **que esa cuestión tiene muy poca correlación con la cuestión india**, obra seria y difícil. La conquista de los territorios la sumisión de los pueblos no trae nunca consigo la conquista absoluta de la nación vencida, es decir, la asimilación mutua. (...) **Del trato lógico, económico, durable que se siga con los indios**, del empleo justo y efectivo del ejército de los medios que el gobierno ponga a disposición de la comisaria de inmigración, dependen en su mayor parte los resultados que producirá la conquista al indio de sus territorios, su concentración en unidades numerosas.³²

Não muito diferente da posição de Avellaneda quase um ano antes, Malarin havia já enfatizado a importância de conectar a conquista territorial a um conjunto de medidas que incluíssem imigração de europeus para a povoação das áreas férteis e um acompanhamento dos indígenas para evitar um retorno do problema no futuro. A transformação da barbárie em civilização era o elemento discursivo por trás dessas ações, que terminou por justificar toda a violência perpetrada.³³ A opção do governo pela distribuição correspondia a essa expectativa de transformar os nativos do Pampa em “civilizados”. A proximidade entre Roca e Malarin desde anos antes de sua entrada no Ministério da Guerra, além de toda a pesquisa feita nos Estados Unidos, mostra que essa não foi uma escolha feita no improviso de um pós-guerra. Poucos meses após a chegada de Roca ao rio Negro, estimava-se em cerca de 9 mil indígenas feitos de prisioneiros ou que se entregaram às tropas do governo. Em agosto de 1879, o senador pela província de Santa Fé, Manuel Pizarro, comentou em sessão do Congresso Nacional sobre alguns dos

³¹ 13/09/1878, Sesión Ordinaria del Congreso Nacional. *Comisión especial en el proyecto de ley sobre fronteras, lectura de mensaje de Nicolás Avellaneda*. Academia Nacional de la Historia, Argentina.

³² Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 03/06/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

³³ Passetti define esse movimento do Estado sobre suas populações originárias como “colonização da barbárie”, que se trata de um processo em que os povos originários são associados à barbárie para tornar legítimas as pretensões dos colonizadores de expansão do capitalismo (2010, p. 384).

destinos dados aos indígenas após o conflito, fossem eles de *chusma* (mulheres, anciãos e crianças) ou de *pelea* (de combate):

El señor senador me preguntará: ¿dónde están estos indios? Yo se lo voy a decir. Pregunte a los señores senadores por Tucumán cuántos hay hoy en aquella provincia. ¡Tribus enteras pueblan los ingenios de azúcar de aquella provincia! Puede el señor senador revisar nuestro cuerpo de línea, cuantos indios salvajes, perturbadores del orden público, están hoy convertidos en elementos de orden, en elementos de paz, fraternizando con el soldado de quien eran ayer el mayor enemigo y vistiendo en vez de chiripá, el uniforme de nuestro ejército, se encuentran por centenas. Puede preguntar a nuestras familias cuántos indios de chusma se encuentran en el hogar de cada una, confundidos con los demás miembros de ella, y cuantos otros se encuentran diseminados en diversos puntos, en Martín García y otros.³⁴

O senador incluía desde os indígenas mantidos como prisioneiros na ilha de Martín García, em Buenos Aires, até os de *chusma* levados para casa de famílias em diferentes cidades e os que foram transformados em mão de obra nos engenhos de açúcar em Tucumán, ambos exemplos do emprego do sistema de distribuição. Essa questão foi central durante a fase final da Conquista do Deserto. A opção de Malarin pelo método da “distribuição” dos indígenas pelas áreas civilizadas se deu com base no que verificou nos Estados Unidos: “cercar os desertos de populações civilizadas”. E essa veio a ser, de fato, uma medida colocada em prática pelo governo Avellaneda, como demonstrado pela fala do senador acima. Isso provavelmente tem como precedente a circulação das soluções apresentadas para a “questão dos índios”, propiciadas por Malarin. O debate sobre o destino a ser dado às sociedades indígenas também era latente nos Estados Unidos, e uma opção mais militarizada confrontava com a via da civilização dos indígenas pela educação. Ambas as opções eram de extrema violência, já que, nas escolas internas destinadas aos indígenas, era comum separar as crianças de suas famílias, obrigando-as a viverem sob outros hábitos culturais e religiosos. No entanto, nessa opção, a violência era mais velada. A opção por uma via militar em oposição à possibilidade de educação indígena eram dois debates que coexistiram durante a estadia de Malarin como

³⁴ Senador Pizarro em diálogo com Sarmiento, argumentando sobre a importância de premiar os soldados que participaram da Campanha do Deserto. Congresso Nacional 26/08/1879 Câmara de Senadores, 33ª reunião, 31ª seção ordinária. Academia Nacional de la Historia, Argentina.

observador das políticas estadunidenses e que reforçavam seu argumento sobre a necessidade de ações combinadas à conquista territorial.

Apesar de o início da expansão da fronteira nesse país ter sido anterior a esse mesmo processo na Argentina, os anos de 1877 e 1879 foram marcados por diversas operações de destruição das sociedades originárias. Em uma das cartas, Malarin afirma ter tido contato com o general William T. Sherman, responsável pelo Departamento de Guerra norte-americano. Termos como “território bárbaro” e “índios hostis” eram usados para caracterizar aqueles grupos que ainda preocupavam o governo.³⁵ Sherman utilizava o mesmo termo que Malarin: “questão de índios” ou *Indian question*.³⁶

Lidar com a “questão de índios” poderia tanto ser uma etapa posterior e complementar ao avanço da fronteira, quanto poderia ocorrer em paralelo à resolução da “questão de fronteira”. Na Argentina, a “questão de índios” teve desenvolvimento em continuidade à Campanha do Deserto, enquanto nos Estados Unidos, vistos pela lente de Malarin, ela ocorria concomitantemente à ocupação territorial. No entanto, o mais importante, ao seu ver, era não acreditar que a finalização da etapa de conquista territorial e a ocupação efetiva do “espaço vazio” por populações integradas na lógica da civilização devesse ser o ponto final e a resolução do problema. Pelo contrário, acabar com os desertos não incluía necessariamente uma solução definitiva para as populações indígenas. De acordo com Malarin, os Estados Unidos haviam modificado a forma de executar a sua expansão para o Oeste, ao perceberem que o embate de “raça a raça, uma luta de um povo conquistador e um povo semisselvagem” poderia substituir ações que visassem à expansão direta da fronteira de uma maneira puramente militar, como na Argentina.³⁷

Considerações finais

³⁵ William T. Sherman Papers. Box 46, reel 24, 1877, mar 10- nov 12. Vários autores em cartas para William Sherman. Library of Congress. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/mss398000056>

³⁶ Box 49, reel 24. Nelson Wiles para William T. Sherman. Library of Congress. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/mss398000061>

³⁷ Nas palavras de Malarin os imigrantes: “fazia as vezes de exército, invadindo os territórios selvagens e se apoderando do terreno.” Tradução livre. Fundo JAR, n. 1231, leg. 3, Paris, 03/06/1879, carta de Miguel Malarin para Roca, AGN.

Sabemos que a ideia principal de Malarin era a necessidade de se pensar em separado as “questões de índios” e de as “questões de fronteiras”, assim como conhecemos o fato de que essa solução não teve grande adesão na Argentina. Com base em suas observações nos Estados Unidos, Malarin acreditava que a Argentina não seguia em um rumo adequado, pois faltavam ações mais específicas voltadas à “questão de índios”, que não tinha relação com o domínio militar e territorial.

Nesse sentido, Malarin deu algumas ideias de como a “questão de índios” poderia ser solucionada. A guerra e o combate direto contra os cacicados poderiam, segundo ele, ser substituídos por outras medidas alternativas. No entanto, sabemos que a guerra foi o principal recurso escolhido por Roca em sua Campanha do Deserto, defendida perante a opinião pública em numerosas cartas de sua autoria publicadas em jornais, e no Congresso Nacional em 1878, na ocasião do projeto de lei que buscava disponibilizar fundos para a Campanha. Sabendo que o conflito direto foi realizado, e, portanto, o ponto principal colocado por Malarin foi rechaçado, o que de fato foi apropriado de suas cartas?

Pode-se inferir que algumas ações tomadas perante as populações indígenas após a Campanha do Deserto tiveram inspiração em seus escritos, já que se tratavam das mesmas propostas. Tudo indica que Avellaneda e outros membros do governo tiveram conhecimento dessas ideias e as aproveitaram. A diferença foi que Malarin acreditava que a “questão de índios” e a “de fronteira” eram situações diferentes: não seria necessária a realização de uma guerra para acabar com a presença das populações indígenas no Pampa. Ele acreditava que a inserção dessas sociedades em uma lógica civilizada não ocorreria pela imposição bélica, mas sim por outras medidas mais específicas nesse sentido. Uma vez conquistado o território, com o avanço de tropas e a instalação de fortes, por exemplo, cidades poderiam ser construídas nos “desertos”, reduzindo as áreas disponíveis para os indígenas. A realização de outras ações, que não o conflito direto, poderiam ser feitas no sentido de se buscar a conversão dos indígenas de formas alternativas ao conflito, aproveitando os mesmos como força de trabalho. No ano em que redigiu suas principais cartas, 1879, a parte da “questão de fronteira” já havia sido praticamente finalizada com o avanço militar e o enfraquecimento dos principais cacicados. O que faltava, em complemento, seriam ações que buscassem cuidar da “questão de índios”. Para ele, se o

Pampa começasse a ser povoado com imigrantes, cercando os locais de morada dos indígenas, esses seriam absorvidos eventualmente pelo combate ao deserto. Deixando de existir os desertos, as populações indígenas ficariam ilhadas entre a civilização. Juntamente a isso, elas seriam vigiadas por forças de exército em pontos fortificados. Outra possibilidade era a de se aplicar políticas que assistissem essas populações na sua inserção na civilização e que as acompanhassem para que não retornassem à condição original.

Roca concluiu sua guerra no Pampa em 1879 com a chegada ao rio Negro, dispersando alguns grupos, assassinando outros e prendendo os remanescentes. Com esses prisioneiros, algumas medidas que faziam parte da “questão de índios” de Malarin foram empreendidas: a distribuição em casas de famílias, o envio para engenhos de açúcar ou fazendas, e a prisão dos mais perigosos na ilha de Martín García. Foram medidas posteriores à fase militar, e não políticas de inclusão ou de combate aos desertos. Essas medidas não tiveram a intenção direta de resolução da “questão de índios”, mas sim foram formas de encaminhar os prisioneiros. Assim, as ideias de Malarin – ou que se assemelhavam em muito às que defendia – foram apenas parcialmente aplicadas: somente depois da resolução da “questão de fronteiras”, medidas específicas para a “questão de índios” foram tomadas com os indígenas que sobreviveram ao conflito. A escolha pelo “método de distribuição”, teve, muito certamente, inspiração nas ideias de Malarin, que anos antes de sua aplicação já havia demonstrado essa possibilidade em suas epístolas. No entanto, o cerne de suas ideias não foi adotado. Enfrentar o deserto com o estabelecimento de cidades, aumentando a população civilizada no Pampa e cercando os indígenas com elas, não foi a ação perseguida pelos políticos argentinos. A guerra, sim, foi a opção escolhida por Roca em 1879.

Na perspectiva de Malarin, ao separar as “questões de índios” e “de fronteira”, a chegada ao rio Negro se tratava apenas de uma etapa: a fase territorial e não a mais importante e longa, que seria a “de índios”. Malarin insistiu que mais ações deveriam ser empreendidas no sentido de promover essa integração, já que considerava que essas populações não seriam convertidas por “inércia”, apenas porque foram derrotadas. A chegada ao rio Negro foi vista, no entanto, como a finalização da etapa de construção

nacional e de resolução do “problema” indígena no Pampa. Não podemos nos esquecer de que a iminência das eleições presidenciais e a construção de Roca como um candidato qualificado ajudaram no entendimento de que sua campanha foi a parte final “do problema”, atribuindo a ele os méritos de resolver uma questão de longa data. Garantir a ocupação do Pampa abriria possibilidades para a ocupação da Patagônia e para o tratado de limites com o Chile, permitindo o controle desses espaços pelos argentinos e afastando possíveis pretensões estrangeiras. Ao construir uma narrativa em que colocava Roca como um “herói” da nação, a disputa presidencial ficava praticamente encerrada e Roca aparecia como o principal personagem do momento.

A viagem da Malarin aos Estados Unidos nos mostrou como as ideias circulavam em diferentes lugares e como podiam ser ou não apropriadas. Situações semelhantes ocorreram em momentos distintos, mostrando como os eventos se mesclavam. Considerá-los pelo prisma da história transnacional fornece uma perspectiva privilegiada de análise. Tanto os Estados Unidos quanto a Argentina vivenciaram, nas últimas décadas do século XIX, um momento de ampliação das fronteiras internas sobre os territórios indígenas. A ida de Malarin para os Estados Unidos, a pedido de uma importante figura política de seu país, Julio A. Roca, colocou em evidência esse percurso de circulação de saberes e nos mostrou pontos de conexão entre esses contextos.

Por meio desta pesquisa, verificamos que as ideias de Malarin se diferenciavam das opções políticas dos principais expoentes que conduziram a Campanha do Deserto na Argentina. Malarin não era favorável à dizimação dos indígenas via conflito armado e foi essa a opção escolhida durante a Campanha do Deserto. Suas ideias versaram sobre incorporação das comunidades à sociedade, nos moldes ocidentais, o que não deixa de corresponder a um tipo de violência. Suas alternativas circularam na Argentina na época da Campanha, mas não foram adotadas como prioridade naquele momento. Já no período imediatamente posterior à campanha, ainda na presidência de Nicolás Avellaneda, opções bastante próximas às sugeridas por Malarin – como a “distribuição”, por exemplo – foram adotadas visando lidar com as populações indígenas remanescentes da Campanha. Quando diferentes etnias foram retiradas de suas moradas no Pampa e norte da Patagônia, e levadas para casas de família, colônias rurais e outras áreas do Pampa, sem a mesma

produtividade daquelas que habitavam (TARQUINI, 2010, p. 83), estamos falando da utilização do método de distribuição.

Não se pode afirmar com todas as letras que essas medidas foram exatamente correspondentes às ideias de Malarin, já que as fontes não dão provas cabais disso. No entanto, as semelhanças entre as ideias presentes nas cartas e medidas tomadas por Avellaneda, a proximidade temporal da produção dessas ideias em relação à adoção desse tipo de prática, e a existência e circulação desses documentos que versavam sobre esse conteúdo, permitem inferir que ecos dessas soluções visualizadas pelo militar em sua viagem aos Estados Unidos e reproduzidas em suas cartas ressoaram entre os políticos argentinos que conduziam os ataques à população indígena no sul do continente, figurando como alternativa possível de ser acessada e empreendida, em momento e circunstância conveniente a essas mesmas elites

À medida em que os exércitos foram avançando sobre os territórios indígenas e foram sendo incorporados ao território nacional, medidas de controle foram entendidas como necessárias. A construção de uma ideia de cidadania indígena (QUIJADA, 2011, p.79) foi uma estratégia utilizada na Argentina e nos Estados Unidos e foi empregada de diferentes formas. Substituir as designações étnicas ou o vínculo de cada grupo a sua terra ou ao seu cacique por identidades nacionais foram maneiras encontradas para integrar os indígenas ao restante da população, sem, no entanto, garantir direitos políticos completos. Durante a década de 1880, nos Estados Unidos, as leis *Dawes* decretavam que os indígenas podiam receber propriedades de terras individuais, com o objetivo de romper a lógica autóctone de pertencimento coletivo à terra ao mesmo tempo em que se tentava absorver as populações originárias como cidadãos no país, e não como indígenas livres (PRUCHA, p.28-29; HOPKINS, p.155). A educação dos indígenas em escolas públicas foi institucionalizada com o intuito de doutriná-los dentro da religiosidade cristã e do patriotismo, destruindo ao longo das décadas seu patrimônio cultural e sua herança histórica ao forçá-los ao compartilhamento dos valores nacionais impostos (PRUCHA, p. 31).

A desvalorização sistemática da cultura do “vencido”, na mesma proporção em que se valorizava a vinda do imigrante europeu, justificando uma espécie de superioridade

cultural daqueles que seriam os novos povoadores dos desertos, foi um recurso discursivo eficaz na subjugação indígena. Invisibilizar os sobreviventes por medidas como a omissão de seus nomes indígenas, batizando-os e registrando-os genericamente como “nativos argentinos” foi o recurso utilizado na década de 1880 para lidar com o “problema índio”, sem necessitar de medidas que verdadeiramente demandassem ações mais ostensivas do Estado (TARQUINI, 2010, p. 52-53). A subjugação dos povos originários com as operações militares no final do século XIX assumiu as prerrogativas racialistas que legitimavam tais processos pela justificativa de construir uma sociedade mais homogênea em termos raciais, sendo o branco e o europeu os protótipos escolhidos para aproximar o país da utópica condição de civilização (RODRIGUEZ, p.25, HOLT, p.8). Relações de interseção de poder, em que coincidem estruturas raciais, coloniais e capitalistas tiveram como resultado o processo de desterritorialização indígena, tanto de seu território quanto de sua capacidade de autodeterminação (COULTHARD, 2014, p.15). Esse discurso deu origem à invisibilização indígena na Argentina, apagando-os da história oficial com a massiva chegada dos imigrantes no final do século XIX.

Referências Bibliográficas

- ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852). Disponível em: <https://www.elcato.org/sites/default/files/bases-libro-electronico.pdf>
- BANDIERI, Susana. *Historia de la Patagonia*. 2ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- COULTHARD, Glen. *Red Skin, White Masks. Rejecting the colonial politics of recognition*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.
- DE TITTO, Ricardo J. *El Pensamiento de la Generación del 80*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2010
- DEL RIO, Walter Mario. *Memorias de expropiación (1872-1943)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005.
- DIAZ, Brigitte. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade*. São Paulo: Edusp, 2016.
- DIAZ, José-Luis. “Qual genética para as correspondências?” Tradução Cláudio Hiro e Maria Sílvia B. Ianni. *Manuscrita. Revista de crítica genética*, São Paulo, n. 15, 2007.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. *Viagens e Relatos. Representações e materialidade nos pèriplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2018.

FUNES, Patricia. Entre microscopios y crisoles. Raza y nación em el Sur. In: YANKELEVICH, Pablo; VEJO, Tomás P. (coord.). *Raza y Política en Hispanoamérica*. Mexico: Colmex, 2017.

HOLT, Thomas C. e WADE, Peter. *Race and Nation in Modern Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003.

HOPKINS, Benjamin. *Ruling the Savage Periphery: Frontier Governance and the Making of the Modern State*. Harvard University Press, 2020.

JONG, Ingrid. Entre el malón, el comercio y la diplomacia: dinámicas de la política indígena en las fronteras pampeanas (siglos XVIII y XIX): un balance historiográfico. *Revista Tiempo Histórico*. Santiago – Chile, ano 6, n.º 11, Jul-Set, 2015.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Estados Unidos: Estado nacional e narrativa da nação (1776-1900)*. São Paulo: EDUSP, 2018.

LACOSTE, Pablo. *Argentina, Chile y sus vecinos*. Córdoba: Caviar Bleu, 2004.

LAWRENCE, Davidson. *Cultural genocide*. New Jersey: Rutgers University Press, 2012.

LENTON, Diana. Apuntes en torno a la aplicabilidad del concepto de genocidio en la historia de las relaciones entre el estado argentino y los pueblos originarios. In: LANATA, José Luis. *Prácticas genocidas y violencia estatal en perspectivas transdisciplinar*. – 1ª ed. – San Carlos de Bariloche: IIDyPCa-CONICET, 2014.

MASSES, Hugo Enrique. *Estado y cuestión indígena*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

NORONHA DE SÁ, Maria Elisa. *Civilização e Barbárie. A construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) *A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes. Travel, writing and transculturation*. 2nd ed. Routledge, 2008.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999.

PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos. Política, guerra e traição nas lutas no Sul da Argentina (1852 - 1885)*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. *O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885)*, 2010, Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

_____. Apogeu e colapso dos grandes cacicados no sul da Argentina: estratégias de resistência e iminência de combate (1861-1872). *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 57-79, jan./abr. 2018

- _____. Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852-1859. *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (2): 2009.
- PRIVITELLIO, Luciano. Prólogo In: DE TITTO, Ricardo J. *El Pensamiento de la Generación del 80*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2010.
- PRUCHA, Francis Paul. *Indian Policies in the United States. Historical essays*. University of Nebraska Press, 1981.
- PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, 6-1, 2012.
- QUIJADA, Mónica. (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía. Sistemas de frontera*, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011.
- RATTO, Silvia. *Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873): crónicas de un final anunciado*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015.
- RODRIGUES, Julia. *Civilizing Argentina: science, medicine, and the modern state*. University of North Carolina Press: 2006.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SARMIENTO, Domingo F. *Facundo ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SAUNIER, Pierre-Yves. *Transnational History*. New York: Palgrave-Macmillan, 2013.
- SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*. Issue 91, Duke University, 2005.
- SEIXLACK, Alessandra. *Entre a Araucania maldita e o Deserto indômito: Debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do Deserto na Argentina*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.
- SERJE, Margarita. El Estado de frontera: Las fronteras del capitalismo en America Latina. In: ROMANI, Carlos; MENEGAT, Carla; ARANHA, Bruno (org). *Fronteiras e territorialidades: miradas sul-americanas da Amazônia à Patagônia*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- TARQUINI, Claudia Salomón. *Largas noches en la Pampa: itinerarios y resistencias de la población indígena (1878-1976)*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- TRAFZER, Clifford, KELLER, Jean, SISQUOC, Lorene. *Boarding School Blues: Revisiting American India educational experience*, University of Nebraska Press, 2006.
- VEZUB, Julio Esteban. *Valentín Saygüequé y la Gobernación Indígena de las Manzanas. Poder y etnicidad en la Patagonia septentrional (1860-1881)*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora na nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, jan./jun. 2013.